

Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da *Global Reporting Initiative*

Sustainability report: profile of brazilian and foreign organizations according to the Global Reporting Initiative guidelines



Lucila Maria de Souza Campos¹
Simone Sehnem^{2,3}
Murilo de Alencar Souza Oliveira⁴
Adriana Marques Rossetto⁵
Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho⁶
Michael Samir Dalfovo⁷

Resumo: Este trabalho teve o objetivo de descrever a evolução da publicação mundial de relatórios de sustentabilidade organizacionais, com base nos indicadores da *Global Reporting Initiative* (GRI), no período de 1999 a 2010. Identificou-se a evolução de adesão aos indicadores GRI pelas organizações, mediante análises quantitativas das publicações por: i) regiões (continentes); ii) países; iii) setores de atuação; iv) níveis de aplicação das diretrizes GRI; e v) nível de aderência às diretrizes GRI. Trata-se de uma análise documental, com enfoque quantitativo, de natureza descritiva, que fez uso de estatística descritiva por meio do *software Statistica*® e de planilha eletrônica *Excel* para proceder à análise dos dados. Conforme dados de GRI (GLOBAL..., 2011), constatou-se que as regiões com maior adesão à publicação de relatórios no modelo GRI foram a Europa, que obteve maior representatividade com 47,60% do total, seguida pela Ásia com 17,02% e América do Norte com 13,92%. Os países com maior volume de publicações foram em ordem: Espanha, Estados Unidos, Japão e Brasil, que somaram 33,54% do total. Dentre os setores com maior adesão aos indicadores para elaboração de relatórios de sustentabilidade, destacam-se os de Serviços Financeiros, Energia, Serviços de Energia e Outros, que somados alcançaram 35,30% de participação relativa. Observou-se que 74,80% dos relatórios foram publicados no nível de aplicação G3, além de que existe forte movimento de publicação nos níveis mais elevados de aderência ao padrão GRI (A e A+) e com verificação externa, sobretudo a partir de 2006 e 2010. Mediante uso de análise de correspondência entre os 13 principais setores de atuação e os 14 principais países de origem das empresas que publicaram relatórios pela GRI, percebe-se a ligação entre os Setores de Energia, Serviços de Energia e Construção com o Brasil. A Europa ganha destaque em relatórios do setor de Produtos Alimentícios e Bebidas, Telecomunicações, Serviços Financeiros, Logística e Construção. Os menores indicadores de correspondência são referentes à África do Sul, bem como ao setor de Mineração. Concluiu-se que as diretrizes GRI vêm ganhando a adesão gradativa de organizações localizadas nos mais diversos países e regiões, pelas preocupações que tais indicadores possuem com os *multistakeholders*, além de conferir credibilidade e transparência à gestão das organizações.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Relatório de sustentabilidade. Indicadores de sustentabilidade. Diretrizes GRI.

¹ Pós-graduação em Engenharia de Produção – PPGE, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Campus Universitário, CP 476, CEP 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil, e-mail: lucila.campos@ufsc.br

² Mestrado Profissional em Administração, Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Av. Nereu Ramos, 3777-D, Seminário, CEP 89813-000, Chapecó, SC, Brasil, e-mail: simonesehnem_adm@yahoo.com.br

³ Mestrado Acadêmico em Administração, Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Unidade Florianópolis - Trajano, Rua Trajano, 219, Centro, CEP 88010-010, Florianópolis, SC, Brasil, e-mail: simonesehnem_adm@yahoo.com.br

⁴ Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP, Rua Leopoldo Bulhões, 951/952, Bonsucesso, CEP 21041-210, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, E-mail: malencar@fiocruz.br

⁵ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Campus Prof. João David Ferreira Lima, Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil, e-mail: arossetto@univali.br

⁶ Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Campus I, Castelo Branco, CEP 58051-900, João Pessoa, PB, Brasil, e-mail: alalcoelho@gmail.com

⁷ Instituto Blumenauense de Ensino Superior, Rede de Ensino, Rua Pandiá Calogeras, 272, Jardim Blumenau, CEP 89041200, Blumenau, SC, Brasil, e-mail: msdalfovo@gmail.com

Abstract: *This study aimed to describe the history and progress made in the publications of organizational sustainability reports worldwide based on indicators of the Global Reporting Initiative (GRI) in the period 1999-2010. The progress of adherence to the GRI indicators by organizations was identified by the quantitative analysis of publications conducted by: i) regions (continents), ii) countries, iii) sectors of activity, iv) GRI guidelines application level, and v) and GRI guidelines adherence level. A descriptive, document analysis with a quantitative approach was carried out including descriptive statistics using the Statistica® software and an Excel spreadsheet to perform the data analysis. According to the GRI data (GLOBAL..., 2011), it was found that the regions with greater adherence to the publication of reports aligned to the GRI guidelines were Europe, with the highest representation (47.60%), followed by Asia (17.02) and North America (13.92%). The countries with the highest number of publications were: Spain, United States, Japan, and Brazil, accounting for 33.54% altogether. Among the sectors with highest adherence to the indicators in the preparation of sustainability reports, the following stand out: Financial Services, Energy, and Energy Services and Others, which together accounted for 35.30% of relative participation. It was found that 74.80% of the reports were published at the GRI G3 application levels, including a large number at the highest levels (A and A+) of adherence to the GRI guidelines and external verification, especially from the years of 2006 and 2010. Based on the use of correspondence analysis between the 13 main sectors of activity and the 14 main countries of origin of the companies that published GRI reports, a relationship between the sectors of Energy as well as Construction and Energy Services and Brazil was identified. Europe stands out in the reports of the sectors of Food and Beverage, Telecommunications, Financial Services, Logistics, and Construction. The minor correspondence indicators are associated to South Africa and to the mining sector. It was concluded that the GRI guidelines have gradually been adopted by organizations in different countries and regions due to the importance of these indicators for multi-stakeholders and also due to the credibility and transparency provided to organizations.*

Keywords: *Sustainable development. Sustainability report. Sustainability Indicators. GRI guidelines.*

1 Introdução

Elaborar relatórios de sustentabilidade que tratam de mensurar e divulgar os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas das organizações vem sendo uma prática incorporada por empresas localizadas em diversos países. Fato bastante comum na Europa, na América do Norte e no Japão e que se torna cada vez mais relevante nos mercados emergentes. Um número crescente de empresas tem percebido os benefícios da adesão a este tipo de relatório, que auferir maior transparência e integridade sobre o desempenho de sustentabilidade das organizações, tornando-o, desta forma, uma importante força motriz para o desenvolvimento de uma relação melhor entre sociedade e meio ambiente.

A adesão a estes relatórios é voluntária e tem por objetivos: apoiar e facilitar a gestão das questões de sustentabilidade das empresas de maneira sistemática; divulgar os riscos e oportunidades; e construir uma reputação corporativa mais transparente. Estas informações também podem servir às demandas crescentes da sociedade e, principalmente, como resposta às cobranças dos *stakeholders* para que as empresas explicitem suas ações de responsabilidade socioambientais e atuações no ambiente em que estão inseridas. Igualmente, os acionistas e investidores em compra e venda de ações buscam respaldo nos relatórios de sustentabilidade para tomar decisões de aquisição ou não de títulos empresariais (ações, debêntures, etc.), visto que posturas consideradas ambientalmente corretas estão sendo valorizadas em muitos mercados consumidores (BASSETTO, 2010).

As organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou aderir a um já elaborado, a exemplo da GRI - *Global Reporting Initiative*, do Ethos, do Ibase e do Akatu, percebe-se um aumento gradativo e significativo em suas publicações. Entre estas pode-se destacar a adesão à GRI, que teve mais de 1.000 organizações de cerca de 70 países, utilizando oficialmente seu relatório ou informalmente as diretrizes para divulgação de suas práticas de sustentabilidade (GLOBAL..., 2011).

No Brasil, desde o pioneirismo da Natura Cosméticos em 2000, várias empresas divulgaram relatórios pela GRI, como: Banco Real, Aracruz Celulose, Bunge, Duratex, Medley, Petrobrás, Banco Itaú, Wal-Mart Brasil, etc. (ECOSSISTEMAS, 2009).

Diante do exposto, este trabalho teve por objetivo geral analisar a evolução da publicação mundial de relatórios voluntários de sustentabilidade organizacionais, conforme os indicadores da *Global Reporting Initiative* (GRI), no período de 1999 a 2010. Para atingir o objetivo destacado, pretendeu-se especificamente identificar/analisar os seguintes fatores: a evolução quantitativa de adesão aos indicadores GRI pelas organizações no período, mediante análises por região (continente), país, setor de atuação, nível de aplicação e de aderência às diretrizes GRI. Além deste tópico introdutório, o artigo apresenta ainda: um arcabouço teórico acerca do desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, indicadores e relatórios de sustentabilidade, sobretudo segundo os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI); os procedimentos metodológicos; uma

descrição e avaliação dos dados e resultados; e as considerações finais.

2 Desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e indicadores de sustentabilidade

Segundo Bellen (2005), o conceito de sustentabilidade, e outros termos que a tangenciam, é oriundo de um longo processo histórico de amadurecimento da consciência humana diante do rápido desenvolvimento (em especial, o desenvolvimento tecnológico) em contraste com os recorrentes desastres ambientais. Como marcos históricos fundamentais para a disseminação deste novo conceito e seus correlatos, bem como o fomento do diálogo e discussão acerca do assunto, cujas importância e influência sobre o mundo atual crescem continuamente, podem ser citados: a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente realizada em Estocolmo (1972), marcada pela publicação do Relatório de *Meadows*; o surgimento do tema ecodesenvolvimento em 1973, seguido pela Declaração de *Cocoyoc* (1974); a Comissão *Brundtland* (1987) e o Relatório *Brundtland*; o Protocolo de Montreal (1989); as Conferências das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente (Eco92 ou Rio/92, Rio+5 e Rio+10) realizadas em 1992, 1997 e 2002; o Protocolo de Kyoto em 1997; e a Avaliação Ecosistêmica em 2005. Eventos realizados em diferentes momentos, mas que demonstram a importância, a abrangência e o crescente amadurecimento da consciência mundial diante do tema da sustentabilidade.

Outro conceito que se destaca neste contexto é o termo desenvolvimento sustentável, cunhado pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que o explica com a frase

[...] é o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (WORLD..., 1987, p. 12).

Para Bond e Morrison-Saunders (2009), desenvolvimento sustentável é aquele que permite crescer, desenvolver uma atividade, uma região pautada nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, principalmente, preocupando-se em manter um equilíbrio nesta tríade. Os mesmos autores consideram que há três objetivos consagrados nas definições de desenvolvimento sustentável, os quais são: o crescimento econômico, a proteção do meio ambiente e a valorização e o bem estar do ser humano.

Apesar de, em muitas situações, os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade serem considerados sinônimos, Dovers (1995) os

diferencia. Para o autor, sustentabilidade consiste em um termo de longo prazo e de difícil alcance, enquanto desenvolvimento sustentável é um processo variável de mudança que busca como objetivo a sustentabilidade.

A partir das discussões em torno destes termos, a gestão ambiental passou a incorporar diversas iniciativas, tanto governamentais e sociais quanto empresariais, que procuram gerar diretrizes e/ou formas de gestão mais adequadas para garantir um futuro promissor para o planeta. Seiffert (2005) descreve a gestão ambiental como sendo um conceito que engloba as atividades de planejamento e organização do tratamento dos aspectos ambientais pela empresa, objetivando o alcance de metas ecológicas específicas.

Os trabalhos de Hart (1995), Porter e Van der Linde (1995), Berry e Rondinelli (1998), Aragón-Correa e Sharma (2003) e Epstein e Roy (2003) buscam entender mudanças em direção a mais coerente resposta internacional às questões ambientais, relacionadas a questões climáticas e baixa qualidade do ar e da água, bem como as transformações do marco legal e teórico sobre a temática.

Sendo a gestão ambiental um conjunto de políticas e práticas administrativas e operacionais, que levam em consideração a saúde, a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente por meio da eliminação ou mitigação dos impactos e danos ambientais decorrentes do planejamento, implantação, operação, ampliação, realocação ou desativação de empreendimentos e atividades (ROHRICH; CUNHA, 2004), demanda informações que subsidiem o processo decisório traduzindo a realidade em objetos mensuráveis e conhecidos.

A grande dificuldade reside em como medir isso ou como utilizar indicadores que possam auxiliar na mensuração ou na gestão da sustentabilidade. Os indicadores são importantes instrumentos da gestão ambiental, pois podem fornecer um alarme para uma situação ou condição que não seria imediatamente detectável a partir das informações iniciais (HAMMOND et al., 1995), ao mesmo tempo que possibilitam a comparação e o acompanhamento dos processos observados (BARCELLOS, 2002). Além disso, os indicadores podem expressar de forma resumida, simplificada e quantitativa ou qualitativa um cenário complexo, que, quando registrados ao longo do tempo, podem revelar tendências e indicar previsões, bem como, afirmam Bakkes et al. (1994), definir ações para os processos específicos do qual fazem parte. Seu uso deve ser considerado como uma dinâmica de transformação de processos complexos em variáveis unidimensionais.

Luz, Sellitto e Gomes (2006) complementam, com base em outros autores, que existe pouca preocupação dos gestores em identificar aqueles indicadores mais adequados ou acurados para uma medição ideal

de desempenho ambiental em face dos objetivos estratégicos e dos meios para alcançá-los. Esta lacuna é ampliada pela pouca divulgação das condições internas das organizações em relação às suas práticas de gestão ambiental, de seus efetivos impactos no meio ambiente e de suas ações para mitigá-los.

Neste contexto, a publicação de relatórios de sustentabilidade que evidenciem estas questões tem se tornado uma importante ferramenta da gestão ambiental, de monitoramento e de conhecimento, tanto para as organizações como para a sociedade.

3 Relatórios de sustentabilidade e os padrões GRI

Os relatórios de sustentabilidade podem ser considerados uma resposta direta das empresas às mudanças ocorridas na sociedade, derivadas de uma série de fatores (acidentes e escândalos ambientais, sociais e econômicos) e das pressões exercidas pela população por comportamentos empresariais mais éticos e responsáveis (DAUB, 2007).

Historicamente existem três tipos diferentes de relatórios de sustentabilidade: i) Relatórios Sociais, originados na década de 1970, a partir das demandas por balanços sociais referentes aos aspectos sociais das atividades das organizações; ii) Relatórios Ambientais, com origem no fim dos anos de 1980 e voltados às questões ambientais, podendo incluir ainda aspectos relativos à saúde e à segurança; e iii) Relatórios Anuais, que tendem, desde a metade da década de 1990, a incluir informações quanto aos aspectos éticos, sociais e ambientais das atividades da organização (DAUB, 2007).

O formato e o conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade evoluíram de acordo com as tendências de mercado e foram adaptados, por muitas empresas, ao padrão estabelecido pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, criada em 1997, em Amsterdã/Holanda, como uma iniciativa conjunta da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e do *United Nations Environmental Program* (UNEP), formada por uma rede internacional de empresas, associações civis e outras organizações. Para Daub (2007), a GRI desenvolveu o modelo mais usado no mundo como uma referência para o desenvolvimento dos procedimentos de elaboração de Relatórios de Sustentabilidade.

A missão da GRI consiste em: (a) fazer com que relatórios de sustentabilidade corporativa tenham o mesmo nível de qualidade e importância dos relatórios financeiros; (b) desenhar e melhorar continuamente as diretrizes de relatórios, refletindo três dimensões de sustentabilidade: econômica, ambiental e social; e (c) construir uma instituição global e permanente para administrar as diretrizes formuladas. Desta

maneira procura conceber um padrão internacional de relato que atenda às expectativas dos consumidores e investidores, passando estes a terem uma percepção mais positiva de uma empresa após a leitura de seu relatório de sustentabilidade (GLOBAL..., 2006).

Conforme Brown, Jong e Levy (2009), o objetivo explícito das diretrizes GRI é harmonizar numerosos sistemas de informações utilizados. Seu modelo foi estabelecido pautado no sistema americano de informações financeiras, que a GRI buscou expandir em termos de alcance global, âmbito social, econômico e indicadores de desempenho ambiental, flexibilidade (descritivos e indicadores quantitativos), e na base dos interessados (indústria, setor financeiro, profissionais de contabilidade, sociedade civil, ambiental e Organizações Não Governamentais (ONGs) de direitos humanos, sindicatos, e outros). Os fundadores também, corajosamente, imaginaram que a GRI se tornaria uma plataforma para um amplo diálogo participativo da sociedade sobre o que constitui o desempenho de sustentabilidade de empresas e de outras organizações.

Bassetto (2010) aponta que o modelo GRI tem tido cada vez mais importância para a elaboração de relatórios equilibrados e abrangentes, ao estabelecer princípios essenciais sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Sua estrutura está centrada em dois pontos: **comparabilidade**, que objetiva desenvolver uma estrutura paralela aos relatórios financeiros; e **flexibilidade**, ao considerar e acomodar as diferenças legítimas entre organizações e setores econômicos.

Para GRI (GLOBAL..., 2006), a abordagem dos relatórios voluntários busca um ponto de convergência e aceleração da transparência e da prestação de contas voltado ao desenvolvimento sustentável. Tornou-se, assim, um núcleo oficial de colaboração do PNUD. A percepção é que os relatórios de desempenho econômico, ambiental e social concebidos pelas organizações sejam tão rotineiros e passíveis de comparação como são os relatórios financeiros, e possam ainda auxiliar na comunicação das informações das empresas.

Park e Brorson (2005) procuram mostrar isso por meio de experiências elucidadas a partir de empresas suecas, indicando que a garantia de terceiros foi considerada benéfica enquanto ferramenta de desenvolvimento de sistemas de comunicação interna e criação de relatórios mais rigorosos de sustentabilidade ambiental.

A estrutura dos Relatórios de Sustentabilidade da GRI é desenvolvida e continuamente melhorada por meio do engajamento intensivo de *multistakeholders* – que envolvem organizações, relatores e especialistas –, visando um elevado grau de qualidade técnica, credibilidade e relevância (GLOBAL..., 2006). Deste modo, e buscando fornecer

às organizações uma ferramenta que proporcione a geração de relatórios de sustentabilidade mais completos, consistentes, confiáveis e padronizados internacionalmente, surgiram as Diretrizes da GRI, alicerçadas no equilíbrio entre os desempenhos econômico, social e ambiental, o chamado *triple bottom line* (ELKINGTON, 2004).

Em 1999, surgiu um primeiro esboço das diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, denominado G1, o qual foi aperfeiçoado após as sugestões das partes interessadas, tendo sido lançada sua segunda versão (G2) em 2002. Já em 2006, foi lançada a terceira geração das diretrizes (G3). Em março de 2011, foi lançada a G3.1 que consiste em uma diretriz mais avançada e compreensiva de avaliação que inclui indicadores de *performance* organizados nas categorias: econômica, ambiental e social. Cabe realçar a inclusão de itens relativos a direitos humanos, impactos na comunidade local e gênero. Ainda no tocante ao contínuo desenvolvimento das diretrizes, há previsão do lançamento de uma quarta versão (G4) em 2013, que objetivará aumentar o valor intrínseco dos relatórios e para seus usuários (GLOBAL..., 2012). Em face deste estudo se restringir à análise quantitativa dos relatórios publicados até o ano de 2010, não contemplará a versão G3.1 das diretrizes.

De acordo com as diretrizes (G3) da *Global Reporting Initiative* (GLOBAL..., 2006), os relatórios devem ser elaborados com base em uma estrutura que serve de modelo amplamente aceito e que contemple os desempenhos de uma organização. Estas diretrizes consistem em princípios para a definição do conteúdo do relatório, em orientações para garantir a qualidade das informações relatadas e indicadores de desempenho com o mesmo peso e importância.

As Diretrizes sugerem que as informações divulgadas nos relatórios abordem três categorias de conteúdo (GLOBAL..., 2006): a) *Perfil do Relatório*: informações que estabelecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, tais como sua estratégia, perfil e governança; b) *Forma de Gestão*: conteúdo que descreve o modo como a organização trata determinado conjunto de temas para fornecer um contexto à compreensão do desempenho em uma área específica; e c) *Indicadores de Desempenho*: informações passíveis de comparação sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização.

Em face da profundidade e da quantidade de itens apresentados em cada uma destas três categorias de conteúdo, um relatório é classificado em níveis de aplicação numa abordagem crescente de C até A. Caso uma empresa opte por ter seu relatório validado por uma organização externa, o nível de aplicação receberá o acréscimo do sinal de positivo (+), passando a ser A+, B+ ou C+. Para melhor compreensão dos níveis de aplicação do GRI, apresenta-se a Figura 1.

A GRI (GLOBAL..., 2006) também apresenta que um relatório de uma organização para ser considerado como “de acordo com” as suas diretrizes, deve atender aos seguintes itens: (1) prestar todas as informações requeridas nas seções de 1 a 5 da Parte C (respectivamente: Visão e Estratégia, Perfil, Estrutura de Governança e Sistemas de Gestão, Sumário de Conteúdo da GRI e Indicadores de Desempenho Econômico, Ambiental e Social); (2) seguir os princípios estabelecidos na Parte B das Diretrizes; e (3) apresentar a declaração padrão definida pela GRI, assinada pelo Conselho ou pelo diretor-presidente, na qual afirma que o relatório foi elaborado “de acordo

Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade GRI G3							
Nível de aplicação G3		C	C+	B	B+	A	A+
Padrão de divulgação	G3 Perfil do relatório	Relatar sobre os itens: 1.1 2.1 - 2.10 3.1 - 3.8, 3.10 - 3.12 4.1 - 4.4, 4.14 - 4.15	Relatório externamente verificado	Relatar sobre todos os itens do nível C, mais: 1.2 3.9, 3.13 4.5 - 4.13, 4.16 - 4.17	Relatório externamente verificado	Mesmo requisito como nível B.	Relatório externamente verificado
	G3 Formas de gestão	Não requisitado		Divulgação da forma de gestão para cada categoria de indicadores.		Divulgação da forma de gestão para cada categoria de indicadores.	
	G3 Indicadores de desempenho & indicadores dos suplementos setoriais	Relatar no mínimo 10 indicadores de desempenho, incluindo pelo menos um de cada área: social, econômico e ambiental		Relatar no mínimo 20 indicadores de desempenho, pelo menos um de cada segmento: econômico, ambiental, direitos humanos, trabalho, sociedade, responsabilidade pelo produto		Relatar cada indicador de desempenho essencial do G3 e suplementos setoriais*, respeitando o princípio da materialidade, através: a) resposta ao indicador ou b) explicação da sua omissão.	

Figura 1. Níveis de aplicação do GRI. Fonte: GRI (GLOBAL..., 2006).

com” as Diretrizes e que apresenta um balanço equilibrado e correto do desempenho econômico, ambiental e social da organização. Ressalta-se que, se a empresa optar por elaborar um relatório “de acordo com”, deve justificar a não divulgação de qualquer indicador considerado essencial pela GRI.

Conforme Bebbington, Larrinaga e Moneva (2008) afirmam, as diretrizes elaboradas pela GRI são usadas como uma nova ferramenta para legitimar as decisões de gestão e suas ações. Portanto, as organizações que adotam este padrão de relatório procuram comunicar aos seus *stakeholders* a transparência em relação à sustentabilidade das suas atividades organizacionais, o que, por sua vez, impacta na credibilidade da empresa no mercado em que atua. Sobretudo, quando estas apresentam desempenho muito positivo ou muito negativo nas dimensões correspondentes ao *triple bottom line* (ELKINGTON, 2004). A GRI (GLOBAL..., 2006) reforça que um relatório de sustentabilidade baseado em suas diretrizes divulga os resultados obtidos dentro do período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão organizacional. Tais resultados podem ser utilizados no sentido da organização se tornar padrão de referência no setor de atuação (no que se refere ao respeito às leis, códigos, normas, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias). Também reflete o quanto a organização influencia e é influenciada pelo paradigma da sustentabilidade e permite a comparação do desempenho intra e entre organizações diferentes ao longo do tempo.

Porém, conforme elucidam Brown, Jong e Levy (2009), o relatório GRI também recebe críticas, principalmente por não detalhar suficientemente as informações e por não dar uma imagem adequada dos impactos das organizações sobre as comunidades locais e as condições sociais. Talvez isto ocorra por estar orientado demasiadamente para processos ao invés do desempenho e, por vezes, por apresentar uma realidade utópica, até porque a descrição de um único número não é o suficiente, pois os leitores estão interessados nas estratégias e planos por trás dos números. Outrossim, pelo pequeno número de leitores dos relatórios de sustentabilidade das organizações, tem-se uma conotação de que apenas são criados para serem mais documentos a serem armazenados em uma pilha. Outro agravante é a ausência de padronização na divulgação das informações, impedindo que outras empresas façam *benchmark* da organização que está divulgando seus indicadores.

Ribeiro et al. (2009) investigaram o nível de aderência aos conceitos de responsabilidade socioambiental das empresas do setor de papel e celulose, com base no modelo de relatório de sustentabilidade da GRI, e corroboram a visão de Brown, Jong e Levy (2009). Eles verificaram, em sua pesquisa, que a GRI sugere os conteúdos, não

impõe padrões, o que faz com que haja diferenças significativas, mesmo entre as companhias que declaram adotar as referidas diretrizes. A percepção tida pelos autores é que há certa falta de estruturação das empresas (ou falta de interesse) para atender às recomendações quanto ao perfil do relatório, à caracterização das empresas e ao cenário em que atuam.

Outra pesquisa realizada no Brasil por Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) identificou o nível de evidenciação das informações socioambientais dos relatórios de sustentabilidade das empresas consideradas com nível de aplicação A+ pelo GRI, no ano de 2007. As empresas selecionadas (Natura Cosméticos, Petrobrás, Bunge, Banco Real, Banco Bradesco e Banco Itaú) não cumpriram prontamente a evidenciação proposta pelas Diretrizes GRI, sendo perceptível em vários aspectos analisados que as empresas não atenderam às recomendações da norma. Apesar de os relatórios abrangerem quase a totalidade dos aspectos pedidos pelas diretrizes GRI, a falta de parametrização, desde a forma de apresentação do relatório até as exigências de evidenciação do conteúdo, dificulta aos usuários o acesso às informações de que necessitam. Portanto, essa pesquisa mostra que ainda há melhorias a serem feitas pelas organizações para que alcancem uma excelência na publicação de informações sustentáveis.

4 Procedimentos metodológicos

O presente trabalho trata-se de uma análise documental, com enfoque quantitativo, de natureza descritiva. Quanto aos procedimentos adotados para a descrição dos dados, estes se caracterizaram pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados, sendo utilizadas as técnicas de estatística descritiva, mediante o uso do *software Statistica®* e de planilha eletrônica *Excel*.

Para viabilização do estudo, houve utilização de dados secundários e pesquisa documental. Partiu-se da análise da relação de organizações que elaboraram Relatório de Sustentabilidade nos padrões requeridos pela GRI e publicados no *site* desta organização não governamental internacional, procedendo-se à análise de doze anos, compreendendo os anos de 1999 a 2010 (GLOBAL..., 2011).

Como se trata de uma planilha com 6.817 casos de relatórios publicados, por um total de 2.736 organizações (empresariais, não governamentais e governamentais) que aderiram até o final de 2010 ao Relatório GRI, foi necessário o uso de filtros para à análise dos dados. Os critérios utilizados para filtrar os dados, no intuito de responder aos objetivos estabelecidos para o presente artigo, consistiram em cinco cruzamentos de dados entre:

- 1º) a evolução histórica de publicações de relatórios nos padrões dos indicadores da GRI em relação à região (continente) de publicação;
- 2º) a evolução histórica de publicações de relatórios nos padrões dos indicadores da GRI *versus* país de publicação;
- 3º) a evolução histórica de publicações de relatórios nos padrões dos indicadores da GRI *versus* setor de atuação das empresas;
- 4º) a evolução histórica de publicações de relatórios nos padrões dos indicadores da GRI *versus* níveis de aplicação das Diretrizes;
- 5º) a evolução histórica de publicações de relatórios nos padrões dos indicadores da GRI *versus* níveis de aderência às Diretrizes.

Pautado nas informações disponíveis no site da *Global Reporting Initiative* (GRI) e com base nas premissas de outros indicadores adotados na elaboração de relatórios de sustentabilidade, foram apresentados alguns fatores que podem contribuir para a adesão a esse modelo de indicadores em detrimento de outras opções disponíveis. Nesse sentido, buscou-se apresentar os benefícios que uma empresa poderá obter com a publicação voluntária do relatório de sustentabilidade pautado nas diretrizes da GRI.

5 Descrição dos dados e resultados

Esta seção apresenta a análise dos dados referente ao cruzamento entre o ano de publicação dos relatórios *versus* as seguintes variáveis, respectivamente: 1) região (continente); 2) país; 3) setor de atuação; 4) nível de aplicação das Diretrizes GRI; e 5) nível de aderência às Diretrizes GRI, bem como análises por correspondência entre os principais setores de atuação das organizações com as regiões (continentes) e os países de publicação.

5.1 Ano de publicação *versus* região

A partir dos dados constantes em GRI (GLOBAL..., 2011), efetuou-se um cruzamento entre a evolução

histórica anual de publicação de relatórios de sustentabilidade nos padrões da GRI *versus* a região de realização da publicação, que pode ser demonstrado na Tabela 1.

A Tabela 1 mostra uma evolução anual do total de publicações de relatórios de sustentabilidade no modelo apresentado pela *Global Reporting Initiative* (GRI), em todas as regiões (continentes) do globo. Observa-se forte incremento no número de relatórios publicados ao longo do período observado, pois iniciou com apenas 11 empresas em 1999 e saltou para 1.843 organizações em 2010. Ao todo foram publicados 6.187 relatórios nestes 12 anos de análise. A Europa lidera o ranqueamento com uma representatividade sempre em torno de 50% ao longo dos anos, de tais publicações. A segunda região em número de relatórios publicados é a Ásia com 17,02% do total e forte crescimento a partir de 2008. Em terceiro lugar, identificou-se a América do Norte (13,92%), entretanto, sua participação tem se reduzido, tendo sido ultrapassada pela América do Sul nos anos de 2009 e 2010.

Entre as regiões em que menos organizações aderiram aos indicadores parametrizados pela GRI, estão a Oceania e a África, com respectivamente 5,88% e 4,18% de participações relativas. Condição que pode estar relacionada com o fator histórico de que são as regiões menos desenvolvidas economicamente do globo.

5.2 Ano de publicação *versus* país

Como resultado do cruzamento entre os dados relativos à evolução histórica anual de publicação de relatórios de sustentabilidade nos padrões da GRI *versus* o país no qual foram publicados, apresenta-se a Tabela 2, ordenada pelo volume de relatórios publicados e que traz ainda a colocação de cada país no *ranking* do total do Produto Interno Bruto (PIB), em 2010.

No período de 1999 a 2010, identificou-se um total de 2.735 organizações de 74 diferentes países que efetuaram a publicação de 3.387 Relatórios de

Tabela 1. Região de adesão ao GRI *versus* Ano de Publicação.

Região/Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	%
Europa	5	21	59	53	79	147	219	272	371	511	679	829	3.245	47,60
Ásia	1	7	26	26	22	33	38	56	91	187	306	367	1.160	17,02
América do Norte	5	10	25	31	31	47	50	70	96	154	183	247	949	13,92
América Latina	0	1	2	9	5	11	20	53	81	142	190	263	777	11,40
Oceania	0	2	9	12	10	14	23	40	48	71	90	82	401	5,88
África	0	3	1	8	19	22	23	25	24	51	54	55	285	4,18
Total	11	44	122	139	166	274	373	516	711	1.116	1.502	1.843	6.817	100,00

Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2011). Observação: (1) O México é considerado pela GRI como integrante da América Latina e não da América do Norte; (2) A Turquia é apresentada com publicações na Ásia e na Europa, face ser um país com território dividido entre os dois continentes.

Sustentabilidade nos padrões da GRI. Em 1999, apenas 11 empresas aderiram a esta normativa de indicadores, oriundas dos Estados Unidos (4), da Suécia (2), do Canadá (1), da Holanda (1), da Itália (1), do Japão (1) e do Reino Unido (1). Cabe destacar que, no ano de 2010, 63 países utilizaram os parâmetros da GRI, com um total de 1.843 organizações.

A análise de publicações dos relatórios de sustentabilidade, segundo a GRI, de 1999 a 2010, apresenta que os países que mais publicaram relatórios foram: Espanha (11,54%), Estados Unidos (10,31%), Japão (6,23%) e Brasil (5,46%). Destaca-se que os 14 principais países listados respondem por 70,31% do total mundial de publicações e todos, com exceção da África do Sul, estão entre as 20 maiores economias do mundo pelo PIB (FUNDO..., 2011).

O desenvolvimento da série histórica constante na Tabela 2 aponta que, até 2002, os Estados Unidos lideravam o *ranking* de publicações no mundo. A seguir, apareciam Reino Unido e Japão, que se alternavam entre o segundo e o terceiro lugares, com a África do Sul em quarto. A partir de 2003, a Espanha ocupou o segundo lugar e, em 2004, tornou-se o principal país em número de relatórios de sustentabilidade publicados. A partir de 2005, vale mencionar a participação crescente de Brasil (4°), Austrália (5°) e Holanda (7°) no total mundial de relatórios publicados e, mais recentemente, nos anos de 2009 e 2010, da Suécia (14°). Por fim, em 2010, os Estados Unidos recuperaram a liderança em número de organizações publicantes e o Brasil passou a ocupar a terceira colocação.

Quanto ao Brasil, sua liderança é destacada, entre os demais países da América Latina, conforme

mostra a Tabela 3, ordenada pelo volume de relatórios publicados. Do total de publicações na região (777) ao longo da série histórica de 2000 a 2010, o País foi responsável por 47,88%, ou seja, quase o mesmo número que os outros dez países somados. Em segundo lugar, aparece o Chile com quase 18% do total. Cabe destacar, a seguir, o México em terceiro com 10% e o pequeno número de relatórios na Argentina, país de forte peso econômico na região, mas que teve menos que 5% do total de relatórios publicados.

5.3 Ano de publicação *versus* setor de atuação

O cruzamento entre os dados relativos à evolução histórica anual de publicação de relatórios de sustentabilidade nos padrões da GRI *versus* o setor de atuação das organizações gerou a Tabela 4. Há que se destacar que foram classificados 38 setores e mais um, denominado outros, no qual foram incluídas as demais organizações não categorizadas (GLOBAL..., 2011). Todavia, destes setores todos, apenas 13 deles concentram 65,76% do total de relatórios publicados, ou seja, quase dois terços de todas as publicações efetuadas.

A Tabela 4 evidencia que os setores de atuação mais representativos das organizações que aderiram ao relatório da GRI são Serviços Financeiros (14,27%) e Energia (7,51%). Em seguida, aparecem os Serviços de Energia (6,87%), Outros (6,65%), Produtos Alimentícios e Bebidas (5,05%), Mineração (4,90%) e Telecomunicações (4,03%). Esses sete setores respondem por cerca da metade de todos os relatórios publicados ao longo da série histórica.

Tabela 2. Países de Publicação *versus* Ano de Publicação.

País	PIB	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	%
Espanha	12°	0	1	3	9	14	36	60	88	121	132	154	169	787	11,54
Estados Unidos	1°	4	8	19	25	25	36	35	45	69	116	140	181	703	10,31
Japão	3°	1	7	23	17	14	19	19	19	26	65	92	123	425	6,23
Brasil	7°	0	1	1	5	4	7	12	17	38	72	81	134	372	5,46
Austrália	13°	0	2	7	8	6	9	17	32	40	60	76	70	327	4,80
Reino Unido	6°	1	8	20	14	13	15	19	25	31	48	49	62	305	4,47
Holanda	16°	1	4	7	6	8	17	28	26	31	41	52	69	290	4,25
África do Sul	28°	0	3	1	8	15	19	21	25	22	48	52	53	267	3,92
Alemanha	4°	0	1	7	5	6	10	17	16	34	42	51	63	252	3,70
Canadá	9°	1	2	6	6	6	11	15	25	27	38	43	66	246	3,61
Suécia	20°	2	4	4	3	2	5	7	10	11	26	73	83	230	3,37
Coreia do Sul	15°	0	0	0	0	3	5	8	15	28	37	57	61	214	3,14
Itália	8°	1	0	5	2	7	9	11	17	26	40	47	48	213	3,12
Suíça	19°	0	0	2	1	1	8	11	12	17	28	32	50	162	2,38
Outros		0	0	17	30	42	68	93	144	190	323	503	611	2.024	29,69
Total		11	44	122	139	166	274	373	516	711	1.116	1.502	1.843	6.817	100,00

Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2011).

Tabela 3. País de Publicação na América Latina *versus* Ano de Publicação.

País/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	%
Brasil	1	1	5	4	7	12	17	38	72	81	134	372	47,88
Chile	0	0	1	1	2	3	20	20	28	38	26	139	17,89
México	0	0	0	0	0	1	2	5	14	21	35	78	10,04
Peru	0	0	0	0	1	2	3	5	5	14	21	51	6,56
Colômbia	0	0	0	0	0	1	3	5	8	16	17	50	6,44
Argentina	0	0	1	0	0	1	3	3	5	7	18	38	4,89
Equador	0	0	0	0	0	0	1	3	7	10	5	26	3,35
Costa Rica	0	1	2	0	1	0	1	0	0	0	3	8	1,03
Bolívia	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2	1	7	0,90
Venezuela	0	0	0	0	0	0	2	1	1	1	1	6	0,77
Uruguai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0,25
Total	1	2	9	5	11	20	53	81	142	190	263	777	100,00

Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2011).

Tabela 4. Setor de Atuação da Empresa *versus* Ano de Publicação.

Sector/Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	%
Serviços Financeiros	0	4	10	9	14	37	63	90	119	171	198	258	973	14,27
Energia	2	2	8	6	15	16	21	33	52	89	125	143	512	7,51
Serviços de Energia	0	2	13	14	14	22	21	40	61	82	90	109	468	6,87
Outros	0	2	1	4	4	9	11	25	46	77	123	151	453	6,65
Produtos Alimentícios e Bebidas	0	3	2	6	8	14	20	22	33	56	73	107	344	5,05
Mineração	0	1	2	9	10	17	20	31	35	51	70	88	334	4,90
Telecomu-nicações	0	1	6	7	8	14	20	26	28	47	61	57	275	4,03
Varejo	0	0	4	4	8	10	13	18	19	32	46	44	198	2,90
Construção	0	3	1	0	0	4	9	14	21	36	45	64	197	2,89
Tecnologia de Hardware	0	3	11	8	7	11	13	14	18	24	40	47	196	2,88
Químico	1	2	4	7	6	9	11	12	20	27	42	46	187	2,74
Conglomerados	0	1	2	3	2	7	10	12	17	36	44	49	183	2,68
Logística	0	0	0	1	2	4	4	10	16	28	51	47	163	2,39
Demais setores	8	20	58	61	68	100	137	169	226	360	494	633	2.334	34,24
Total	11	44	122	139	166	274	373	516	711	1.116	1.502	1.843	6.817	100,00

Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2011).

Depois da apresentação dos dados referentes ao ano de publicação dos relatórios por região (continente), por país e por setor de atuação, foram efetuadas análises por meio do *software* Statistica® relativas ao número de relatórios publicados (6.817) e ao número de organizações publicantes (2.735), conforme apresentadas a seguir.

O primeiro cruzamento consistiu em uma análise por correspondência entre os 13 principais setores de atuação das organizações com todas as 6 regiões (continentes) e teve como base uma matriz com 4.476 casos (65,76% dos 6.817 relatórios publicados). O Figura 2 traz a análise descrita, que apresentou alta significância entre as variáveis (total *chi-square* = 876,571 e *p* = 0,000) e mostra que o grau de inércia dos eixos permite a análise de

correspondência entre as variáveis nas dimensões horizontal e vertical.

Por meio do Figura 2, percebe-se maior concentração das empresas dos setores de Energia, Serviços de Energia e Outros, devido à proximidade com o ponto de origem do gráfico. A Europa apresenta grande correspondência com a maioria dos setores, sobretudo com Produtos Alimentícios e Bebidas, Telecomunicações, Serviços Financeiros, Logística e Construção. A África possui forte relação com Mineração e a América do Norte com Químico e Energia. Já a Ásia tem correspondência com Conglomerados e Químico. A América Latina apresentou correspondência com Serviços de Energia e Varejo.

O segundo cruzamento de dados foi feito com o objetivo de identificar se existem ligações entre os 13 principais setores de atuação das organizações que mais publicam os relatórios com os 14 países com o maior número de publicações dos relatórios. A análise teve por base uma matriz com 3.171 casos, perfazendo 46,52% da população de 6.817 relatórios, e apresentou alta significância entre as variáveis (Total χ^2 = 1703,69 e $p = 0,000$). Os resultados do grau de inércia dos eixos permitem análises horizontal e vertical.

O Figura 3 traz que os setores de Energia, Serviços de Energia e Telecomunicações encontram-se bem distribuídos entre os principais países da análise, porém com boa correspondência com Coreia do Sul e Brasil, assim como o setor de Serviços Financeiros. Contudo, apesar da predominância desses setores no Brasil, o gráfico mostra que o País está localizado bem próximo do centro dos eixos de análise, o que denota uma distribuição bem equilibrada de publicações entre os setores de atuação em suas organizações. Já os setores de Tecnologia em *Hardware*

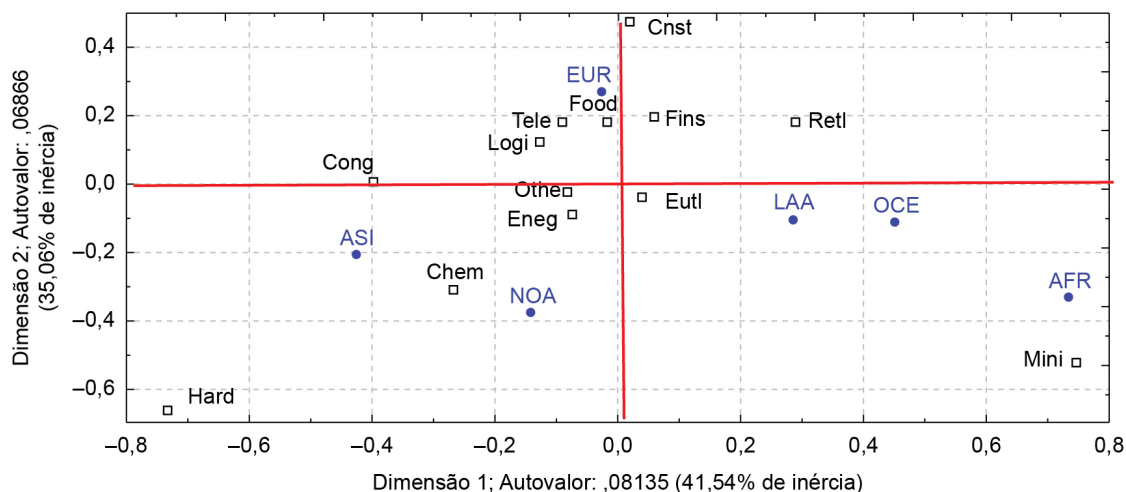


Figura 2. Análise de Correspondência Setores x Regiões por total de relatórios. Chem = Químico; Cong = Conglomerados; Cnst = Construção; Eneg = Energia; Eutl = Serviços de Energia; Fins = Serviços Financeiros; Food = Produtos Alimentícios e Bebidas; Logi = Logística; Mini = Mineração; Othe = Outros; Retl = Varejo; Tele = Telecomunicações; Hard = Tecnologia em *Hardware*; AFR = África; ASI = Ásia; EUR = Europa; LAA = América Latina; NOA = América do Norte; OCE = Oceania. Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2011).

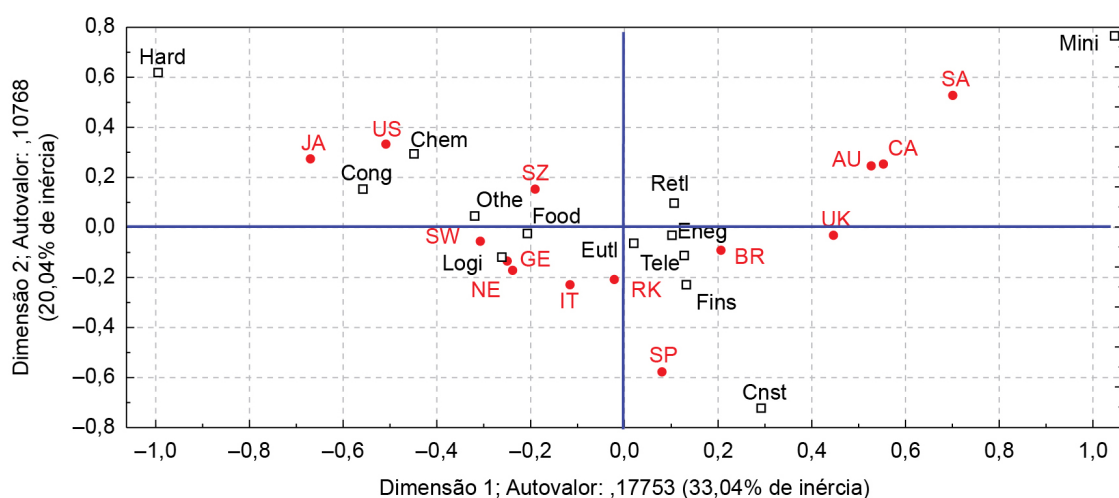


Figura 3. Análise de Correspondência Setores x Países por total de relatórios. Chem = Químico; Cong = Conglomerados; Cnst = Construção; Eneg = Energia; Eutl = Serviços de Energia; Fins = Serviços Financeiros; Food = Produtos Alimentícios e Bebidas; Logi = Logística; Mini = Mineração; Othe = Outros; Retl = Varejo; Tele = Telecomunicações; Hard = Tecnologia em *Hardware*; AU = Austrália; BR = Brasil; CA = Canadá; GE = Alemanha; IT = Itália; JA = Japão; NE = Holanda; RK = Coreia do Sul; AS = África do Sul; SP = Espanha; SW = Suécia; SZ = Suíça; UK = Reino Unido; US = Estados Unidos. Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2011).

e Mineração encontram-se em situação oposta, o primeiro mais próximo do Japão e o segundo da África do Sul. Destaca-se a relação dos setores de Produtos Alimentícios e Bebidas, Logística e Outros com os países centro-europeus (Alemanha, Holanda, Suécia e Suíça). Já os setores de Conglomerados e Químico mostram correspondência com Estados Unidos e Japão.

5.4 Ano de publicação *versus* níveis de aplicação das diretrizes

A realização do cruzamento entre os dados relativos à evolução histórica anual de publicação de relatórios de sustentabilidade nos padrões da GRI *versus* o nível de aplicação das diretrizes de publicação adotadas gerou as informações constantes na Tabela 5.

A Tabela 5 mostra que houve alterações e evoluções nos parâmetros (versões) das diretrizes de publicação de relatório GRI. A primeira versão (G1) foi substituída por nova versão (G2) mais rigorosa em 2001. Em 2003, a maioria das organizações já publicaram relatórios seguindo essa nova versão. Em 2006, surgiu a terceira versão (G3) e, já no ano seguinte, foi incorporada pela maioria das organizações, até que, em 2010, tornou-se hegemônica. No cômputo total, verifica-se que 74,80% dos relatórios publicados ao longo dos 12 anos desta análise foram efetuados na versão mais atual das Diretrizes de Aplicação (G3), o

que aponta grande adesão por parte das organizações aos padrões cada vez mais exigentes das diretrizes.

5.5 Ano de publicação *versus* nível de aderência às diretrizes GRI

Ao efetuar-se o cruzamento de dados entre a evolução histórica anual de publicação de relatórios de sustentabilidade nos padrões da GRI *versus* o nível de Aderência às Diretrizes estabelecidas no período de estudo, tem-se como resultado a Tabela 6.

A análise dos dados denota a ocorrência de dois momentos distintos em relação aos níveis de aderência em razão da mudança das Diretrizes dos Indicadores da GRI, de G1 para G2 e depois para G3:

- Período de 1999 a 2005: a maior parte dos relatórios publicados somente continha um sumário dos indicadores (47,83% do total de 1.129 até então), enquanto que 26,31% não declararam o nível de aderência e somente 25,86% dos relatórios publicados estavam em concordância com os padrões da GRI;
- Período de 2006 a 2010: visualiza-se clara migração para os novos níveis de aderência definidos (A, A+, B, B+, C e C+) com 67,16% dos relatórios (3.820 de um total de 5.688). Destaca-se ainda, que 1.446 relatórios atenderam ao nível máximo de apresentação dos

Tabela 5. Níveis de Aplicação das Diretrizes *versus* Ano de Publicação.

Nível de Aplicação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	%
GRI 1 (G1)	11	44	116	99	22	1	6	-	-	-	-	-	299	4,38
GRI 2 (G2)	-	-	6	40	144	273	367	418	145	24	2	-	1.419	20,82
GRI 3 (G3)	-	-	-	-	-	-	-	98	566	1.092	1.500	1.843	5.099	74,80
Total	11	44	122	139	166	274	373	516	711	1.116	1.502	1.843	6.817	100,00

Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2011).

Tabela 6. Nível de Aderência das Diretrizes x Ano de Publicação.

Nível de Aderência	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	%
A+	-	-	-	-	-	-	-	20	124	216	300	378	1038	15,23
A	-	-	-	-	-	-	-	9	48	83	120	148	408	5,98
B+	-	-	-	-	-	-	-	6	68	116	141	196	527	7,73
B	-	-	-	-	-	-	-	11	91	151	230	296	779	11,43
C+	-	-	-	-	-	-	-	5	28	27	70	94	224	3,29
C	-	-	-	-	-	-	-	10	72	166	270	326	844	12,38
Não Declarado	11	44	114	99	22	1	6	37	135	333	369	405	1.576	23,12
Somente contém Sumário	-	-	5	25	100	186	224	266	88	8	2	-	904	13,26
De acordo com	-	-	3	15	44	87	143	152	57	16	-	-	517	7,58
Total	11	44	122	139	166	274	373	516	711	1.116	1.502	1.843	6.817	100,00

Fonte: dados dos autores (2009).

indicadores (A e A+), representando 37,85% do total publicado entre 2006 e 2010. Outra observação importante refere-se ao quantitativo de organizações que buscam a verificação externa de seus relatórios (A+, B+ e C+), chegando a um total de 1.789, representando 31,45% em relação ao total de relatórios publicados no período citado.

O cruzamento dos dados entre o nível de aderência e a evolução histórica de publicações dos relatórios apresenta que as organizações buscam maior adequação aos níveis crescentes de exigências quanto à divulgação e transparência dos indicadores de sustentabilidade presentes em seus relatórios, bem como submeter-se à verificação externa. Todavia, ainda verificou-se grande número de organizações que publicaram seus relatórios sem declarar o nível de aderência às Diretrizes dos Indicadores da GRI, aproximadamente 25% nos últimos três anos.

6 Considerações finais

Este trabalho teve por propósito analisar a evolução da publicação de relatórios de sustentabilidade organizacionais seguindo os indicadores da *Global Reporting Initiative* (GRI), no período entre 1999 e 2010, por região, país, setor de atuação, nível de aplicação e de aderência às diretrizes propostas. Também, identificar o comportamento da aderência aos indicadores GRI no que diz respeito aos principais setores, regiões e países.

Foi constatado que, no período de 1999 a 2010, conforme dados de GRI (GLOBAL..., 2011), um total de 2.736 organizações de 74 países aderiu ao Relatório de Sustentabilidade nos padrões requeridos pela GRI. Cabe registro que, no último ano da análise aqui efetuada (2010), foram publicados relatórios nos padrões da GRI por 1.843 organizações de 63 países distintos. Os setores que tiveram maior adesão de empresas aos indicadores para elaboração de relatórios de sustentabilidade foram os de Serviços Financeiros, Energia e Serviços de Energia, que juntos somaram quase 30% de participação relativa no período analisado. Quanto às regiões, a Europa obteve maior representatividade no que se refere à adesão à publicação de relatórios das organizações no modelo apresentado pela GRI, perfazendo um total de 47,60%, seguida pela Ásia (17,02%) e América do Norte (13,93%) e, por último, a África, com apenas 4,18% de participação relativa.

Ao longo da série histórica, os países com maior adesão ao modelo de relatório GRI foram: Espanha (11,54%), Estados Unidos (10,31%), Japão (6,23%) e Brasil (5,46%). Cabe destacar o crescimento ocorrido de publicações no Brasil, com predominância nos setores de Energia, Serviços de Energia e Serviços Financeiros dentro de um contexto de boa adesão

das organizações dos demais setores classificados pela GRI.

Já, acerca do nível de aplicação ou versão do relatório GRI, no período, houve uma ascendência significativa, pois 4,29% das organizações aderiram à versão G1 do relatório. Enquanto 20,82% das organizações aderiram à versão G2 e 74,80%, à versão G3, que vigora desde 2006. Pode-se intuir que as organizações buscam adequar-se aos níveis crescentes de exigências quanto à divulgação e transparência dos indicadores de sustentabilidade presentes em seus relatórios.

Quanto aos motivos que levaram as organizações a adotarem os indicadores da GRI para a elaboração de seus relatórios, infere-se que devem estar associados à divulgação de um balanço social que profere transparência ao modelo de gestão da organização. Além disso, este permite a apresentação da *performance* econômica, social e ambiental de uma corporação, incluindo as ações efetuadas atinentes a temas relevantes para a sociedade no momento e para sua sustentabilidade futura. Em consonância com as afirmações de Bebbington, Larrinaga e Moneva (2008), sobre o uso das diretrizes como ferramenta de legitimação das decisões e ações de gestão organizacional, e de Daub (2007), de que se trata de uma resposta direta às mudanças e pressões exercidas pela sociedade rumo a maior ética e responsabilidade empresarial.

Diante disso, tem-se um indicativo de que as diretrizes GRI ganharam a adesão gradativa de organizações localizadas nos mais diversos países, devido às preocupações que estas expressam e possuem com os seus *stakeholders*, fato que lhes propicia credibilidade e preenche uma lacuna existente na sociedade, quanto à divulgação da transparência da gestão organizacional. Isso tem se tornado mais evidente em face de momentos de crise econômica, em que a sociedade civil passa a valorizar aquelas organizações capazes de desenvolver uma gestão pautada em valores sólidos e duradouros.

Sobretudo, há de se ressaltar que a principal contribuição da GRI consiste nos indicadores de desempenho das organizações, que representam a base para a concepção de sustentabilidade respaldada no *Triple Bottom Line*, de modo a obter influências positivas, conforme Elkington (2004). Tais parâmetros permitem conhecer o potencial de orientação sustentável das ações das organizações. Ademais, a GRI reconhece a necessidade de desenvolver garantias externas como uma forma de aumentar a credibilidade dos relatórios de sustentabilidade, o que se viabiliza por auditorias externas, que verificam as conformidades e não conformidades da organização no que diz respeito às diretrizes GRI.

A crítica que pode ser apresentada às diretrizes GRI é a ausência de indicadores integrados e o

reducionismo da sustentabilidade para somente três dimensões. Parte apenas de uma visão holística respaldada nas dimensões econômica, social e ambiental. A visão sistêmica, da inter-relação entre as partes, não é observada. Isso poderia ser resolvido por meio de indicadores transversais, que apresentem o relacionamento entre duas dimensões.

Por fim, recomenda-se a realização de pesquisas sobre a qualidade dos relatórios de sustentabilidade publicados, ou seja, que estes possam apontar e conduzir a real preocupação das organizações em atuar em prol do desenvolvimento sustentável do planeta em todas as suas dimensões. Não de forma maquiada por encadernações luxuosas e belas imagens, mas sim efetivamente pela confiabilidade dos dados e indicadores apresentados, e que estes reflitam o verdadeiro relacionamento da organização para com a sociedade como um todo.

Além disso, tornam-se relevantes novos e constantes estudos para acompanhar evoluções sobre o número de relatórios gerados por países e os segmentos nos quais as empresas atuam. O presente artigo teve por delimitação o uso de uma análise quantitativa dos relatórios GRI. Entretanto, nada impede que novas investigações sejam feitas, comparando resultados entre os indexadores de relatórios de sustentabilidade existentes.

Referências

- ARAGÓN-CORREA, J.; SHARMA, S. A contingent resource-based view of proactive corporate environmental strategy. **Academy of Management Review**, v. 28, n. 1, p. 71-98, 2003.
- BAKKES, J. A. et al. **An overview of environmental indicators: State of the art and perspectives**. Nairobi: UNEP, Environmental Assessment Sub-Programme, 1994. UNEP/EATR. 94-01; RIVM/402001001.
- BARCELLOS, C. Constituição de um sistema de indicadores socioambientais. In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (Org.). **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 313-329.
- BASSETTO, L. I. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia – COPEL. **Gestão & Produção**, v. 17, n. 3, p. 639-651, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2010000300016>
- BEBBINGTON, J.; LARRINAGA, C.; MONEVA, J. M. Corporate social reporting and reputation risk management. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 21 n. 3, p. 337-361, 2008. <http://dx.doi.org/10.1108/09513570810863932>
- BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**. São Paulo: Editora FGV, 2005.
- BERRY, M. A.; RONDINELLI, D. A. Proactive corporate environmental management: a new industrial revolution. **Academy of Management Executive**, v. 12, n. 2, p. 38-50, May 1998.
- BOND, A. J.; MORRISON-SAUNDERS, A. Sustainability appraisal: jack of all trades, master of none? **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 27, n. 4, p. 321-329, 2009. <http://dx.doi.org/10.3152/146155109X479422>
- BROWN, H. S.; JONG, M.; LEVY, D. L. Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v. 17, p. 571-580, 2009. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.12.009>
- DAUB, C.-H. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, p. 75-85, 2007. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.08.013>
- DOVERS, S. R. A framework for scaling and framing policy problems in sustainability. **Ecological Economics**, v. 12, p. 93-106, 1995. [http://dx.doi.org/10.1016/0921-8009\(94\)00042-T](http://dx.doi.org/10.1016/0921-8009(94)00042-T)
- ECOSSISTEMAS. **Relatório de Sustentabilidade GRI**. 2009. Disponível em: <http://www.ecossistemas.net/newsite/?option=com_content&view=article&id=16%253Arelatorio-de-sustentabilidade-gri&catid=16%253Asustentabilidade-empresarial&Itemid=18>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- ELKINGTON, J. **Enter the Triple Bottom Line: Does It All Add Up?**. London: Earthscan, 2004.
- EPSTEIN, M.; ROY, M. J. Improving sustainability performance: specifying, implementing and measuring key principles. **Journal of General Management**, v. 29, n. 1, p. 15-31, 2003.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/weodata/weorept.aspx?sy=2009&ey=2011&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&cc=512%2C941%2>>. Acesso em: 28 jun. 2011.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade - versão 3.0**. São Paulo: GRI, 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/Home/WhatWeDoPortuguese.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2011.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. **Relatórios de sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/2725/G3_POBR_RG_Final_with_cover.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. **Latest Guidelines**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/reporting/latest-guidelines/g4-developments/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- HAMMOND, A. et al. **Environmental Indicators: A Systematic Approach to Measuring and Reporting on Environmental Policy Performance in the Context of Sustainable Development**. World Resources Institute, 1995.
- HART, S. L. A natural-resource-based view of the firm. **Academy of Management Review** v. 20, n. 4, p. 986-1014, 1995.
- LEITE FILHO, G. A.; PRATES, L. A.; GUIMARÃES, T. N. Níveis de Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no Ano de 2007. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

- E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.
- LUZ, S. O. C.; SELLITTO, M. A.; GOMES, L. P. Medição de desempenho ambiental baseada em método multicriterial de apoio à decisão: estudo de caso na indústria automotiva. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 557-570, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2006000300016>
- PARK, J.; BRORSON, T. Experiences of and views on third-party assurance of corporate environmental and sustainability reports. **Journal of Cleaner Production**, v. 13, p. 1095-1106, 2005. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2004.12.006>
- PORTER, M. E., VAN DER LINDE, C. Green and competitive: ending the stalemate. **Harvard Business Review**, v. 73, n. 5, p. 120-34, Sept/Oct 1995.
- RIBEIRO, M. S. et al. Responsabilidade socioambiental no setor de papel e celulose. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.
- ROHRICH, S. S.; CUNHA, J. C. A proposição de uma taxonomia para a análise da gestão ambiental no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 4, p. 86-95, 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552004000400005>
- SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001**: Sistemas de gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2005.
- WORLD COMISSION ON ENVIROMENTAL AND DEVELOPMENT - WCED. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.